

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: Amazônia / ZEE
 Data 18/06/93 Pg.: 1-10 38

AMAZÔNIA LEGAL

Governo discute hoje ocupação da região

Estudo do IBGE, que vai orientar desenvolvimento da área, aponta crescimento populacional em centros urbanos

Da Sucursal do Rio

O diagnóstico ambiental da Amazônia Legal será apresentado hoje, durante reunião de trabalho na Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), em Belém. Devem estar presentes os ministros Alexandre Costa (Integração Regional), Coutinho Jorge (Meio Ambiente) e Mário Flores (Secretaria de Assuntos Estratégicos), além dos governadores da região e do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A Amazônia Legal compreende a área de atuação da Sudam, criada em 1966 para incentivar e gerenciar o desenvolvimento da área.

Esse diagnóstico ambiental, que integra o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, foi concluído no início deste mês. É baseado nos últimos relatórios e em toda a documentação cartográfica que dá uma visão de conjunto da região. O governo pretende compatibilizar a ocupação e a utilização dos recursos naturais da Amazônia com a conservação de seu ecossistema.

A ocupação populacional da Amazônia legal, a partir da década de 70, segundo o IBGE, se concentrou em centros urbanos com mais de 5 mil habitantes — e não em áreas rurais. “O estudo desmistifica a idéia de que a Amazônia é uma fronteira agrícola. O ritmo de crescimento populacional urbano é bem superior do que o da população rural”, afirma o chefe do Departamento de Geografia do IBGE, Cesar Ajara, 36.

O “Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal” foi encomendado pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) para servir basicamente de subsídios a projetos e programas de ocupação da região, elaborados pelos governos federal, estaduais e municipais. O estudo, segundo Ajara, foge do enfoque tradicional em que se colocam, separadamente, de um lado, dados ecológicos e, de outro, de crescimento econômico.

O estudo, ao contrário, analisa

o comprometimento ambiental da Amazônia em função das diferentes formas de ocupação sócio-econômica territorial, dentro de uma “abordagem geográfica”. O IBGE chegou à conclusão de que, hoje, vivem 16,6 milhões de habitantes na Amazônia, sendo 55,2% concentrados em áreas urbanas com mais de 5.000 habitantes.

A partir de 1980, segundo Ajara, aumentou em muito o ritmo de crescimentos populacional das áreas urbanas. Enquanto o ritmo anual nas áreas rurais era, até 1991, de 1,81%, nas urbanas, ficou em 5,43%.

A partir de seus estudos, os técnicos do IBGE puderam subdividir a Amazônia legal (5 milhões de km²) em três áreas de ocupação diferenciada: ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) oriental (Maranhão, Pará, Amapá e Tocantins) e meridional (norte do Mato Grosso).

A parte ocidental, em geral, ainda é subpovoada, predominando a atividade extrativista. A oriental, intensamente ocupada, convive com sérios conflitos de terra. A meridional se tornou a nova frente de expansão da Amazônia, com grande projetos agropecuários e de colonização dirigida.

O geógrafo Miguel Angelo Ribeiro, 43, aponta um agravante para a degradação ambiental da Amazônia: as pessoas, em geral não se fixam numa região ou atividade econômica: “O processo de ocupação se dá muito rapidamente. Ora o indivíduo é garimpeiro, poluindo rios, ora está numa fazenda, derrubando matas ou ainda vivendo numa periferia pobre de cidade.”

Os dados do estudo do IBGE estarão disponíveis para universidades, ONGs (organizações não-governamentais) e demais interessados. Um de seus objetivos centrais, segundo o geógrafo Roberto Schmidt, 46, é servir para subsidiar projetos racionais de ocupação econômica da região que preservem o meio ambiente.

Colaborou Sucursal de Brasília



'Amazônias' têm ocupação distinta

Da Sucursal do Rio

A questão ambiental na Amazônia tem relação direta com a diversidade cultural dos grupos que vêm ocupando a região nas últimas décadas. Isto ficou claro para técnicos do IBGE com a análise da ocupação da Amazônia oriental pelos nordestinos.

Vindos da caatinga, a partir da década de 60, os nordestinos passaram a derrubar a floresta para o plantio de agricultura de subsistência. “É uma coisa diferente da cultura cabocla”, diz a coordenadora do “Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal”, Adma Hamam de Figueiredo, 42.

A Amazônia ocidental, ainda com grandes extensões verdes, tem como base econômica o extrativismo tradicional (seringais, castanheais). Existem, porém, “enclaves” de grandes empresas explorando minérios, madeiras e atuando no garimpo. Sem contar o problema do narcotráfico.

“A problemática ambiental é diferenciada do resto da Amazônia. São questões pontuais, e chama atenção a situação dos garimpos, que fogem do controle do Estado”, diz Figueiredo. Apesar de subpovoada, a Amazônia ocidental já sofre os impactos da vida moderna. O maior exemplo apontado pelo IBGE é a cidade de Manaus, com 1 milhão de habitantes e sérios problemas ambientais, como falta de saneamento básico.

Na Amazônia meridional, predominado a colonização dirigida de empreendedores agrícolas privados.